

Os profissionais da Educação brasileira não aguentam mais tamanho descaso público. Cinquenta e dois pesquisadores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes), órgão do Ministério da Educação responsável por avaliar os cursos de pós-graduação no Brasil e divulgar informações científicas, renunciaram coletivamente de suas funções da diretoria de avaliação do órgão. Este caso é só mais um dos diversos escândalos vividos pelo Ministério da Educação nos últimos anos, que inexpressivamente atua à frente da Educação Pública brasileira.

O motivo da renúncia foi esclarecido pelos profissionais envolvidos na ação. Eles afirmam que “gostariam de poder trabalhar com previsibilidade, respeito aos melhores padrões acadêmicos, atenção às especificidades das áreas e, principalmente, um mínimo respaldo da agência. Tais condições não têm se verificado nos últimos meses”. Acontecimentos como esses, desrespeitam um princípio básico para a evolução de políticas públicas, o de estabelecer ações direcionadas aos reais problemas da população.

Pode-se dizer que um “problema nacional”, como problema governamental, só existe a partir de uma percepção coletiva. Nesses termos, não seria suficiente para afirmar a existência de um problema nacional apenas a consciência crítica de alguns homens em face de uma realidade. É claro que essa observação não deve ser compreendida no sentido ingênuo de que a consciência cria a realidade social, mas apenas significando que, sem as pressões sociais que decorrem de uma percepção coletiva, a simples existência de determinados fatos pode não ser uma questão de governo, isto é, um problema nacional. Somente quando essa consciência se generaliza e se difunde amplamente na sociedade é que se pode falar de um problema em termos nacionais e de governo. (AZANHA, 2004, p.102)

Considerando o conceito de percepção coletiva de Azanha (2004), percebe-se que, na verdade, o Brasil de hoje fecha os olhos para as reais necessidades do povo brasileiro e parece legislar com foco apenas em questões ideológicas e/ou partidárias. No caso da renúncia dos pesquisadores da Capes, o que parece estar em jogo, é um possível afrouxamento das regras para abertura e avaliação de novos cursos de pós-graduação, abrindo espaço para fatores quantitativos em detrimento dos qualitativos.

Até quando conseguiremos segurar os pilares de sustentação da Educação Pública?

*A Educação Pública brasileira é uma árvore linda, repleta de folhas, com um tronco aparentemente robusto, porém, podre em seu interior. É a raiz dessa árvore, representada pelos professores brasileiros, que ainda insistentemente sustenta essa imensa árvore do saber. Até quando?*

Durante a pandemia de COVID-19 não houve nenhuma ação expressiva do Ministério da Educação sobre a necessidade de acesso a um sistema de ensino online para todos os milhares de alunos que não podiam mais frequentar as aulas presenciais. Foi uma tragédia cognitiva, de dimensões gigantescas, que podia ter sido evitada, com uma ação mais responsável do Ministério.

Estamos colecionando erros em uma área fundamental para o desenvolvimento humano, e isso pode causar prejuízos irreversíveis. Não há coordenação central das áreas mais simples até as mais complexas. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que permite o ingresso à Universidade para milhares de estudantes brasileiros, por dois anos seguidos, ocorreu mergulhado em confusão logística e pedagógica, sendo que a última edição foi marcada por um pedido de demissão coletiva de funcionários do Ministério da Educação, que se sentiram desrespeitados e preocupados com a forma desastrada da atual administração do órgão.

Até quando sufocaremos nosso grito de socorro?

Uma vergonha, estamos no limite de nossa paciência, chega de *ignorância* travestida de falso intelectualismo.

Imagem de capa: por Pixabay.com